



As Diretrizes da OCDE e a tributação

Sua comunidade local está sofrendo por conta de uma infraestrutura pública inadequada, como bons hospitais, escolas e estradas? Grandes empresas que operam em seu país podem estar evitando o pagamento de impostos justos ao seu governo. Se esse for o caso, as Diretrizes da OCDE podem te ajudar a lutar por justiça.

O que dizem as Diretrizes da OCDE sobre tributação

As Diretrizes da OCDE encorajam as empresas a se portarem como bons cidadãos corporativos na área de tributação, adotando medidas para *interromper* a evasão fiscal no mundo, que tira dos governos uma receita necessária. Você pode usar as Diretrizes da OCDE para exigir que empresas:

- Paguem pontualmente seus impostos, cumprindo não apenas a redação literal das leis tributárias aplicáveis, mas a intenção das legislaturas relevantes. Isso significa que, caso os legisladores planejem a coleta de impostos, as empresas não devem usar brechas legais ou métodos para driblar tributos visando à evasão fiscal.
- Implementem medidas para o enfrentamento da evasão fiscal, incluindo padrões mínimos para que se evite o abuso de benefícios fiscais concedidos por meio de tratados fiscais, em linha com a Convenção Multilateral da OCDE para a Aplicação das Medidas Relativas às Convenções Fiscais Destinadas a Prevenir a Erosão da Base Tributária e a Transferência de Lucros.
- Observem o princípio das “condições de mercado” na precificação de transferências. O princípio das “condições de mercado” é a melhor prática internacional para garantir que membros de um grupo empresarial multinacional paguem, entre si, o mesmo preço por transferências internas de valores que pagariam por transferências relativas a empresas distintas. Esse princípio busca impedir que empresas de um mesmo grupo transfiram lucros ou perdas de forma barata e injusta entre si para evitar o pagamento de tributos.
- Priorizem a transparência e reportem problemas tributários de acordo com o plano do Grupo Inclusivo sobre Erosão da Base Tributária e Transferência de





Lucros (BEPS, do inglês *Base Erosion and Profit Shifting*) da OCDE/G20. Exemplos de transparência incluem o compartilhamento de informações sobre relações econômicas e práticas de precificação de transferências intragrupo; a preparação e troca de relatórios por país; e a divulgação de esquemas agressivos de planejamento tributário.

- Implementem um sistema de gerenciamento de risco tributário robusto para que atuem como bons cidadãos corporativos. Conselhos corporativos devem se manter informados para evitar todos os potenciais riscos relativos a impostos, não apenas os riscos regulatórios e financeiros, mas também aqueles reputacionais, oriundos da exposição de casos de evasão fiscal.

Dica

As Diretrizes da OCDE não exigem que empresas apliquem a devida diligência especificamente para impactos deletérios relativos a práticas tributárias irresponsáveis. Todavia, como a evasão fiscal tem relação intrínseca com danos a direitos humanos e ao meio ambiente, a sociedade civil ainda pode convocar empresas a abordarem tais danos por meio de seus processos de devida diligência. A sociedade civil deve dar destaque a casos de não implementação das recomendações do plano BEPS e de outras melhores práticas emergentes na área da evasão fiscal por empresas. Quando possível, a sociedade civil deve argumentar que práticas empresariais que visem à evasão fiscal violam, de fato, a intenção das legislaturas nacionais relevantes. A sociedade civil também pode recorrer a outros órgãos, como as Nações Unidas, para obter suporte no combate à evasão fiscal.

O que são as Diretrizes da OCDE?

As Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável (as Diretrizes da OCDE) são recomendações feitas pelos governos a empresas sobre como operar de forma responsável. As Diretrizes da OCDE estabelecem padrões não vinculantes para uma conduta empresarial responsável, abrangendo uma ampla gama de questões importantes para as comunidades, como os direitos humanos, os direitos trabalhistas e o meio ambiente, cobrindo também tópicos como corrupção e tributação.

A fim de promover as Diretrizes e tratar as denúncias sobre atividades empresariais prejudiciais, os governos que aderem as Diretrizes da OCDE devem estabelecer um órgão extrajudicial de denúncias denominado Ponto de Contato Nacional para Conduta Empresarial Responsável. As Diretrizes estabelecem padrões adequados para todas as empresas, mas as denúncias só podem ser apresentadas contra dois tipos de empresas com operações internacionais: 1) empresas multinacionais com sede em um país aderente às Diretrizes da OCDE ou 2) empresas multinacionais que operem em um país que adote as Diretrizes da OCDE.

Como as Diretrizes da OCDE podem ajudar?

A sociedade civil pode usar as Diretrizes para:



Sobre a OECD Watch

A OECD Watch é uma rede global da sociedade civil com mais de 130 organizações-membros em mais de 50 países. Nosso trabalho concentra-se do fortalecimento de comunidades, pessoas trabalhadoras e ONGs para que estes utilizem as Diretrizes da OCDE para garantir que o setor empresarial respeite os direitos humanos e o planeta e que as empresas sejam responsabilizadas por suas impactos negativos em todo o mundo. A OECD Watch ajuda comunidades e ONGs na apresentação de denúncias e na defesa de direitos diante de governos e empresas. Também fazemos pesquisas e defendemos políticas na OCDE e em países isolados para incentivar uma implementação mais eficaz das Diretrizes e um alinhamento mais estrito entre as Diretrizes e as leis de responsabilidade corporativa. **Precisa de ajuda? Entre em contato conosco!**

MAIS
INFORMAÇÕES

